

# A VISÃO DE PROFESSORES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Lucas Raphael Bento e Silva<sup>1</sup>  
Bruna Patrícia Câmara de Famoso<sup>2</sup>  
Isaac Nunes de Araújo Júnior<sup>3</sup>  
Célio Antônio de Paula Júnior<sup>4</sup>  
Telma Temoteo dos Santos<sup>5</sup>

## RESUMO

Atualmente a Inclusão escolar tem sido alvo de constantes debates e buscas por desenvolvimentos e melhorias, entretanto a preocupação existente para a inclusão de alunos nas fases iniciais do ensino ainda não se vê na inserção desse aluno no ensino superior, fato que pode comprometer e até mesmo impedir o ingresso e permanência de pessoas com deficiência na graduação, especialmente no curso de Educação Física, onde a mobilidade e o movimento são tão abordados, muito se têm a discutir em como tornar acessível às aulas para esses alunos e qual a visão dos professores para a recepção dessa parcela da sociedade. Analisar se existem e quais são os obstáculos para inclusão e permanência de alunos com deficiência na educação superior. Esta pesquisa utilizou-se de entrevistas e questionário com questões abertas e fechadas que foram aplicadas em um grupo com 10 docentes do curso de Educação Física de uma Instituição de Ensino Superior do município de Goiânia, obtendo assim os dados necessários para elaboração de gráficos para análise das informações em associação com revisões literárias referentes ao tema. Ainda que os professores sejam de diferentes campos de ensino, suas respostas pouco divergiram sobre seus maiores desafios para a inclusão e a necessidade de adaptação curricular para a recepção de alunos com deficiência. Ao observar os gráficos têm-se uma noção mais evidente das suas experiências na docência e quais ainda são grandes desafios não apenas para eles, mas também para a instituição e da sociedade para que a educação e as iniciativas de inclusão no sistema de ensino sejam realmente igualitárias e universais. Fica evidente que muito além de adaptações físicas e estruturais, o processo de inclusão de alunos com deficiência se dá principalmente pela mudança social, os professores exercem papel fundamental, executando as mudanças pedagógicas e curriculares na expectativa de reconduzir sua proposta educacional, entretanto, sozinho o profissional irá se frustrar.

**Palavras-chave:** Inclusão, Ensino Superior, Pessoa com Deficiência.

## THE TEACHERS' VISION ON THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

### ABSTRACT

Currently, school inclusion has been the subject of constant debates and searches for developments and improvements, however the existing concern for the inclusion of students in the early stages of education is not yet seen in the insertion of this student in higher education, a fact that can compromise and even prevent the entry and permanence of people with disabilities in graduation, especially in the Physical Education course, where mobility and movement are so addressed, much has to be discussed on how to make these classes accessible to students and what the teachers' view is for receipt of that portion of the company. To analyze if there are and what are the obstacles for inclusion and permanence of students with disabilities in higher education. This research used interviews and a questionnaire with open and closed questions that were applied in a group with 10 professors of the Physical Education course of a Higher Education Institution in the city of Goiânia, thus obtaining the necessary data for the elaboration of graphs for analysis information in association with literary reviews on the topic. Even though the teachers are from different teaching fields, their answers hardly differed about their greatest challenges

<sup>1</sup> Pós-graduando em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal do Sul de Minas. Professor, doutor, dos cursos do Centro Universitário Araguaia. E-mail: lucas.silva@uniaraguaia.edu.br

<sup>2</sup> Pós-graduanda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal do Sul de Minas. Professora da Rede Municipal de Educação de Goiânia. E-mail: brunapfc22@gmail.com

<sup>3</sup> Licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário Araguaia. E-mail: isaacjunior22@gmail.com

<sup>4</sup> Professor, doutor dos cursos do Centro Universitário Araguaia. E-mail: celio.junior@uniaraguaia.edu.br

<sup>5</sup> Orientadora da Pós-graduação em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal do Sul de Minas. E-mail: telmatemoteo@hotmail.com

for inclusion and the need for curricular adaptation for the reception of students with disabilities. By observing the graphs, there is a more evident notion of their experiences in teaching and which are still major challenges not only for them, but also for the institution and society so that education and inclusion initiatives in the education system are really egalitarian and universal. It is evident that far beyond physical and structural adaptations, the process of inclusion of students with disabilities is mainly due to social change, teachers play a fundamental role, executing pedagogical and curricular changes in the expectation of renewing their educational proposal, however, the professional alone will be frustrated.

**Keywords:** Ind Inclusion, Higher Education, People with Disabilities.

Recebido em 29 de outubro de 2022. Aprovado em 16 de novembro de 2022.

## INTRODUÇÃO

Considerando a relevância do tema, destaca-se a necessidade de elucidar o que é a deficiência e como a mesma, é definida no Brasil. A inclusão de pessoas com deficiência tem caminhado cada vez mais e dilatado seu espaço na sociedade, saindo de um conceito que compreendia a deficiência como uma limitação do indivíduo para uma abordagem mais social, considerando os fatores físicos, mas também o contexto social em que a pessoa se encontra, utilizando como ferramenta a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF-OMS). Regulamentado pela Lei Federal nº 13.146/2015, que prevê em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Anteriormente, os critérios para a avaliação de uma pessoa com deficiência eram estritamente clínicos, hoje, as diferenças físicas, intelectuais ou sensoriais são observadas como inerentes à pluralidade humana. Sendo assim, a deficiência é a soma destes fatores com impedimentos sociais para sua plena inclusão, fazendo com que o diagnóstico médico seja um dos elementos no conceito da deficiência (o diagnóstico), somado aos preconceitos e bloqueios presentes na sociedade gerando a dificuldade no pleno convívio entre pessoas com e sem deficiência. Sendo assim, é evidente que a sociedade deve estar consciente e o Estado deve estabelecer iniciativas para que a inclusão seja cada vez mais abrangente e eficaz, visto que a sociedade e o meio em que a pessoa com deficiência está inserida tem responsabilidade na sua inclusão e equiparação com pessoas sem deficiência, como destaca Marques (2001).

Segundo Marques (2001), quando falamos em pessoa com deficiência, inconscientemente somos levados a imaginar a pessoa como doente, alguém que sempre carece de auxílio, reafirmando um conceito excludente de normalidade, fato este muito evidente no mercado de trabalho, em que a pessoa com deficiência é vista como alguém de baixo rendimento ou ineficaz. Com isto, se reforça a narrativa de deficiência como algo estereotipado, que intensifica uma realidade de marginalidade estabelecida pelas ideologias de classes.

Rodrigues (2006), nos leva a questionar sobre como o conceito de deficiência se estabeleceu a partir de um ideal de normalidade, sendo esse, responsável por estereotipar pessoas, e levando esse tipo de pressuposto a se perpetuar a partir de seu contínuo uso, refletindo na atual formação social. Assim, a pessoa com deficiência hoje, não pode ser tratada apenas com um indivíduo com determinada oposição biológica de “normalidade”, mas sim como vítima de uma construção histórica e social distorcida. Picollo (2015) nos leva à uma concepção radical, que se contrapõe ao senso de que a pessoa com deficiência tem que se adequar, mas sim a sociedade se modificar para aceitar a todos com suas diferenças.

Forest e Pearpoint (1997) apontam que a inclusão de uma pessoa com deficiência está muito além de inseri-la na sociedade, pois nesse processo é preciso respeitá-lo a partir de sua individualidade e ter o valor da empatia para tratá-lo com igualdade ainda que diante de suas diferenças e limitações.

Pedrinelli e Verenguer (2004), destacam que devemos olhar para a pessoa com deficiência e não focar em sua limitação, mas sim nas possibilidades e potencialidades que eles têm a desenvolver. Existe o consenso de que o acesso à educação é um direito básico de todos além de ser um dever do Estado, mas também se percebe que mesmo sendo obrigatória não necessariamente é vivenciada e desenvolvida de maneira igual por todos, e é dever do professor não permitir esta exclusão, devendo este, desenvolver alternativas pedagógicas para que todos sejam incluídos, pois o princípio da inclusão diz respeito justamente a garantia de que todos os alunos vivenciem na prática a educação física. Deve se destacar o ensino de Educação Física como uma disciplina diversa, e garantir práticas múltiplas para propiciar aos alunos diferentes vivências permitindo a ampla participação nas aulas, como citado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Montoan (2003), questiona se há uma necessidade de romper com a velha maneira de educar, e essa nova visão exige que sejam extintas as divisões excludentes, entre o que é normal e diferente, buscando alcançar uma flexibilidade de pensamentos e ações, diferentes dos padrões que a grande maioria dos profissionais foi formado, pois se existe a intenção de uma inclusão, é urgente a necessidade de novos planos, livre de preconceitos e maior valorização das diferenças.

Desde que se afirmou adepto a Declaração Mundial da Educação para Todos em 1990, numa conferência mundial, o Brasil optou por constituir um modelo de sistema educacional inclusivo. Esse compromisso foi reafirmado com a assinatura da Declaração de Salamanca em 1994. Tais participações culminaram em profundas transformações e adaptações do sistema educacional brasileiro, incluindo mudanças legislativas e elaboração de diretrizes nacionais para a educação. O grande problema ainda é que, embora a legislação tenha se adequado, muitos dos alunos com deficiência ainda sofrem com a segregação nas instituições de ensino em todos os níveis.

Compete à instituição de ensino e ao professor, debaterem esses assuntos e levar toda a comunidade escolar a se conscientizar, visto que incluir a pessoa com deficiência não é mais uma questão de bondade, mas de respeito a pluralidade humana. Vilaronga e Mendes (2014) apontam que o ensino colaborativo é parte das medidas de inclusão escolar de alunos com deficiência de alguns países, mas aqui no Brasil é pouco praticado e conhecido, sendo utilizado momentaneamente nas instituições, o que nos leva a compreender que, se nas escolas já é pouco utilizado, nas instituições de ensino superior, sua efetivação se torna um desafio. A vantagem do ensino colaborativo para a promoção da educação inclusiva, é que a sua metodologia possibilita diferentes experiências, sendo uma educação aberta ao diálogo, buscando compreender as necessidades e particularidades de cada um como destaca Ramos (2010).

Winnick (2004) ainda ressalta as vantagens da inclusão como agente estimulante e motivante para os alunos, pois oferece oportunidades para que as pessoas com deficiência desenvolvam suas habilidades sociais e afetivas facilitando relações mais estreitas entre os alunos com e sem deficiência. Como mencionado, a fim de possibilitar uma ampla vivência das atividades motoras e de diversos conteúdos o professor deve recorrer a metodologias pedagógicas variadas, pois algumas atividades infelizmente só se tornam possíveis de serem realizadas mediante algumas adaptações, que como já foi citado anteriormente consiste em tornar a atividade não mais fácil, mas sim adaptada de acordo com a limitação individual. Sherrill (1998) aponta que este processo deve ser recíproco sendo que ambas as partes, ou seja, professor e aluno têm uma troca mútua de experiências e o processo ensino-aprendizagem seja estabelecido.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é avaliar a percepção dos docentes sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior em uma instituição privada na cidade de Goiânia.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolver a presente pesquisa apoiou-se inicialmente nas ideias de Marconi e Lakatos (2003, p. 55), por defenderem que "a pesquisa é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais". O método científico é um meio para realização de um estudo objetivo que envolve a realização de observações e testes com as alternativas disponíveis, partindo daí para se discorrer uma ideia e sua prática. Este método diminui a influência de superstições ao testar uma ideia, uma alternativa ou uma teoria, norteando trabalhos de pesquisa.

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordenam dados sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Assim, para coletar tais dados, utiliza-se de técnicas específicas, tais como: entrevista, formulário, questionário e observação, leitura analítica (ALMEIDA, 1996, p. 104).

Para a elaboração da pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa através da aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas além de coleta de dados demográficos dos entrevistados. Para coleta de dados utilizou-se a técnica da entrevista devido a ampliar as informações acerca das metodologias e vivências acadêmicas e situações rotineiras da docência universitária.

O questionário contou com 07 perguntas para obtenção de dados demográficos, 31 questões objetivas que abordam diferentes possibilidades de situações vivenciadas em sala de aula com a necessidade de inclusão, tendo cada questão, 05 alternativas que variavam de concordo completamente a discordo completamente e 05 questões abertas, onde os entrevistados deram suas opiniões, foi aplicado com 10 professores de graduação do curso de Educação Física de uma instituição de Ensino Superior na cidade de Goiânia que atuam tanto nas turmas de bacharelado quanto nas de licenciatura, tendo sido aplicada através da plataforma *Google Forms*.

Outrossim, para a consolidação dos dados a pesquisa foi aprovada pelo CEP local (CAAE: 31521720.8.0000.5082), os docentes convidados aceitaram a participação na pesquisa e todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a obtenção dos dados foram elaborados gráficos, para análise das informações coletadas, tendo sido desenvolvidas questões que tratam da inclusão em diferentes situações da docência, que vão desde pensamentos de inclusão a nível social até a necessidade de adaptação curricular para possibilitar o acesso do aluno à graduação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste trabalho foi avaliar as perspectivas da inclusão de pessoas com deficiência na graduação em Educação Física a partir da experiência de docentes de uma Instituição de Ensino Superior particular da cidade de Goiânia. De maneira geral, os professores se afirmam favoráveis às práticas inclusivas, destacando a importância da convivência entre alunos com e sem deficiência e como é importante o ingresso desses alunos em salas de aula comuns, tendo a Instituição de ensino, a responsabilidade de promover uma convivência solidária entre todos os envolvidos.

O presente estudo, contou com a colaboração de 10 professores da graduação em Educação Física, sendo eles, 6 mulheres e 4 homens, atuantes na área da licenciatura e bacharelado, sendo que destes, 5 afirmam já terem feito cursos específicos na área da inclusão.

A partir dos questionários aplicados, conforme apresentado na figura 1, foram obtidos os seguintes resultados:

Figura 1. Percentual de respostas



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

O papel do profissional de Educação Física no processo de inclusão de alunos com deficiência é essencial, uma vez que este pode se utilizar do seu corpo, do movimento, as expressões corporais e de sua criatividade para conseguir conciliar as diferenças, constituindo experiências que aproximem os alunos com e sem deficiência e fortaleçam o processo de inclusão. Como já apresentado, a educação é um processo de construção influenciada pela cultura do local onde se está inserida, estando ligada aos fatores históricos e sociais, logo, se a sociedade teve sua construção pautada pela exclusão, segregação e preconceito contra as pessoas com deficiência, naturalmente esses conceitos são refletidos na educação. O professor 01 relata essa experiência, apontando quais são seus maiores desafios para a inclusão de alunos com deficiência, “Limitação de espaço e materiais, além do preconceito de alguns educandos, que é resultado, justamente, da falta de interação com a pessoa com deficiência ao longo da sua vida escolar”, fato que é reafirmado pelo professor 09 “O Preconceito dos demais alunos e sociedade.”

Para tanto, cabe (re)pensar a forma como nosso sistema educacional é estruturado e trazer de volta o corpo vivido, trazer de volta a corporalidade. Corpo este considerado como o lugar em que as experiências, as subjetividades, as emoções e o aprender vão emergir, influenciando assim como o futuro adulto vai se comportar no mundo, e corporalidade aqui entendida como uma possibilidade de vivência de momentos de encontro consigo e com o outro, momentos de fantasia e de realidade, de (re)significação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, de cuidar de si e olhar para o outro, portanto, momentos de vida. Enfim, buscar apontar as relações existentes entre corpo, corporalidade e deficiência, bem como assinalar que existem alternativas para que todas as pessoas sejam realmente inclusas na realidade escolar (ALEXANDRINO, 2014, p. 1).

Ademais, entende-se que o processo de inclusão desses alunos não deve exclusivamente às mudanças na compreensão das pessoas da classe regular, é certo que a perspectiva legal carece de alterações que atendam a essas pessoas, em especial no tocante ao currículo

educacional. Sobre as questões curriculares, a pergunta 2 quis saber dos professores se o currículo deveria ser adaptado para garantir ao aluno com deficiência, sua participação em classe comum.

Figura 2. Respostas obtidas para a pergunta sobre currículo e suas adaptações para a inclusão de pessoas com deficiências.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

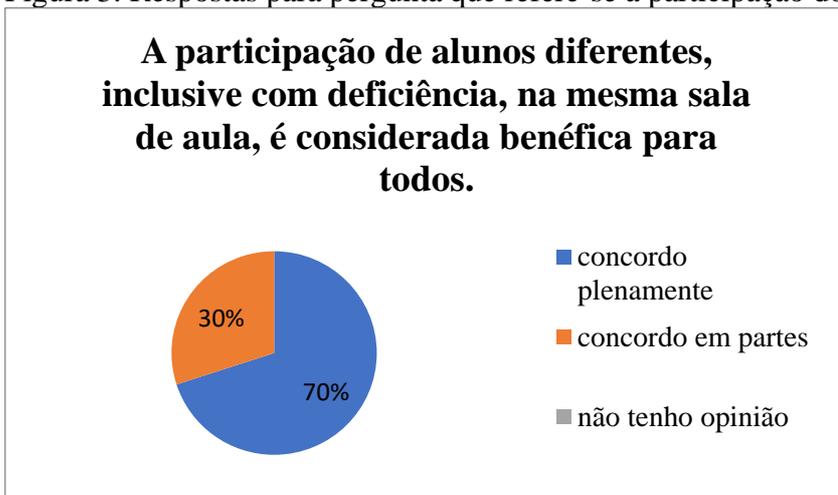
Quando questionados se a instituição em questão possui as adaptações necessárias, os professores 03 e 06 respectivamente reiteraram que “Acredito que as adaptações existentes favorecem a maior parte das deficiências e as adaptações extras podem ser feitas quando surgir a necessidade” e “A instituição realiza adaptações para os alunos matriculados. Porém, não consigo visualizar que a Instituição possui condições de acesso e permanência para todos os tipos de deficiência.”, sendo complementado pelo professor 08 quando afirma que “Mais poderia ser feito”.

Portanto, para que os alunos ingressem e permaneçam na educação superior, a instituição deve trabalhar junto ao professor, realizando as adaptações curriculares e estruturais e o docente adaptando sua metodologia, uma vez que as condições intelectuais, sensoriais e físicas dos alunos são bastante distintas. O meio acadêmico deve ser um ambiente que proporcione a troca de experiências e o convívio seja harmônico e respeitoso, não sendo alvo de práticas isoladas, mas que envolva todos os sujeitos do processo de construção do conhecimento, tornando a educação superior democrática, justa e acessível a toda pluralidade humana, fazendo da inclusão uma prática diária por toda comunidade acadêmica. O professor 01 relata que “As turmas que apresentaram alunos com deficiência, todas as aulas precisaram ser pensadas na inclusão destes e da consequente interação entre todos.” Como ratifica Mesquita (2019),

[...]por meio de uma Educação Inclusiva que valorize a diversidade cultural e a flexibilização educacional, as pessoas com deficiência terão a chance de conquistar sua formação no ensino superior. Ademais, a universidade estará cumprindo seu papel social de democratizar o ensino e formar profissionais comprometidos com a democracia, a igualdade e a justiça.

Sobre isso, os professores foram perguntados em relação a participação dos alunos com deficiência, conforme mostrado na figura 3, 70% das respostas evidenciaram que a diferença contribui de maneira efetiva para todos os alunos e alunas, em contrapartida, 30% dos entrevistados disseram concordar em partes.

Figura 3. Respostas para pergunta que refere-se a participação dos discentes em sala.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

A figura 4 apresenta o percentual de respostas das pelos docentes ao serem perguntados sobre o relacionamento entre pessoas com e sem deficiência.

Figura 4. Respostas para pergunta sobre a convivência entre pessoas com e sem deficiência.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Montoan (2003) levanta a questão de que se há uma necessidade de romper com a velha maneira de educar, e essa nova visão exige que sejam extintas as divisões excludentes, entre o que é normal e diferente, buscando alcançar uma flexibilidade de pensamentos e ações, diferentes dos padrões que a grande maioria dos profissionais foi formada, pois se existe a intenção de uma inclusão, é urgente a necessidade de novos planos, livre de preconceitos e maior valorização das diferenças. Como afirma o professor 07, quando evidencia que para a construção de uma educação inclusiva é necessária também “a implementação de uma sociedade inclusiva, de fato, que pense e organize seus processos considerando a todos, e não a continuação da compreensão da deficiência como especificidade atípica/momentânea.” A pesquisa identifica que o corpo docente está alinhado com esse raciocínio, visto que a próxima afirmação vai de encontro com as anteriores, conforme apresentado abaixo, como apresentado na figura 5.

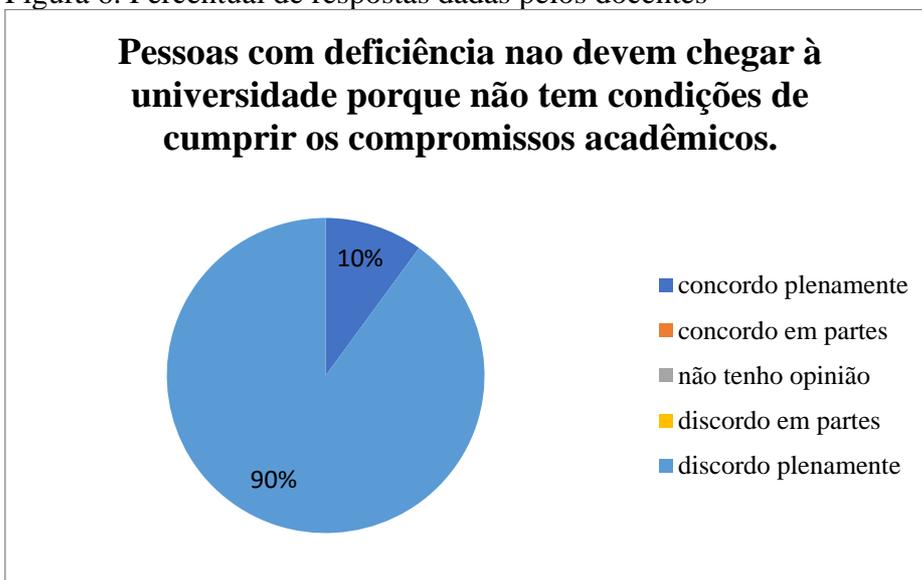
Figura 5. Respostas para pergunta sobre a convivência entre as pessoas com e sem deficiência.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Quando questionados sobre a chegada desses alunos na graduação e a capacidade de cumprir com as atividades acadêmicas, a grande maioria afirma concordar que os alunos têm a capacidade de se manterem ativos na graduação, conforme apresentado abaixo.

Figura 6. Percentual de respostas dadas pelos docentes



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Vale ressaltar que, a educação inclusiva sugere uma participação ampla e coletiva para estabelecer a metodologia e/ou flexibilização dos recursos acadêmicos e materiais, incluindo a troca de experiências entre os docentes e discentes, de maneira que possa viabilizar a elaboração da melhor estratégia na resolução de questões educacionais voltadas para a inclusão.

Mesmo considerando a especificidade das disciplinas, pode-se partir do pressuposto que todos os professores necessitam de um apoio institucional para realizar tais flexibilizações e mudanças, e, nesse sentido, é fundamental que os objetivos ligados

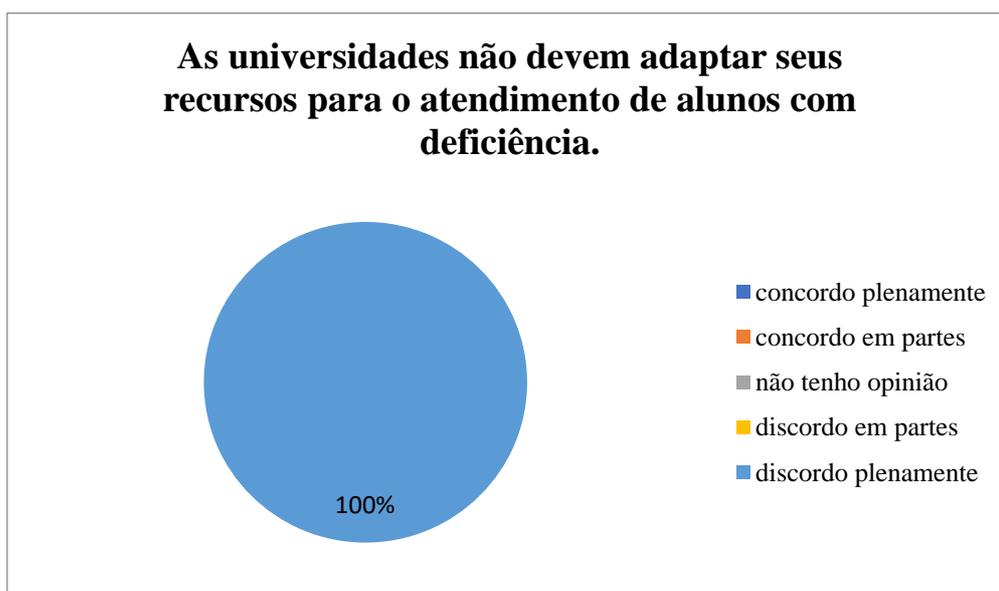
a cada curso nas IES estejam claros a todos aqueles que participam do seu desenvolvimento. (Ferrari, 2007)

Dentro das normas e leis, existe hoje uma Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva, que determina parâmetros para a Educação Especial no meio acadêmico.

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 17).

Sabendo disso, é notada uma sincronia com os docentes, destacando que não se pode haver uma exclusão de alunos com deficiência, tendo a instituição, a necessidade de se adaptar para acolher esses alunos, de acordo com a figura abaixo.

Figura 7. Respostas para pergunta sobre a necessidade de adaptação de recursos no ensino superior para a pessoas com deficiência.



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Por fim, quando questionados sobre quais seriam as razões do número de pessoas com deficiência serem tão baixos em relação ao número total de ingressos no ensino superior, que de acordo com os dados apresentados pelo Censo da Educação Superior (BRASIL, 2018), no ano de 2015 dos 1.610,336 alunos que ingressaram nas universidades públicas e privadas, apenas 13.053 foram pessoas com deficiência. O professor 07 analisa que “as discussões e legislação sobre os direitos da pessoa com deficiência são bastante recentes, o que em grande medida “explica” alguns dos processos existentes. Se começamos a garantir o direito à educação apenas na década de 1990, com o estabelecimento da Declaração de Salamanca que orienta para uma educação inclusiva, preferencialmente na sala comum, e a LDB e posteriores políticas de inclusão, ainda temos muito o que avançar, especialmente na subjetividade social e expressa nas instituições de ensino.” O professor 06 ainda elucida que esse reduzido número se dá pela “ formação fragilizada de profissionais na área, sendo necessária uma formação mais adequada para a realidade social”.

Logo, nota-se que ao investigar as possibilidades no desenvolvimento da educação física adaptada, percebemos a importância que o desenvolvimento de pesquisas nessas áreas possui. O despertar para esse tema possibilitará mudanças pedagógicas para inclusão e adaptação de atividades para o desenvolvimento de alunos com ou sem deficiência, rompendo a barreira em que o aluno é apenas um ouvinte e não um agente essencial na troca de informações na relação professor-aluno, como destaca Souza e Nale (1994).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente trabalho, utilizando da análise dos dados obtidos com os questionários, foi possível identificar a visão dos professores e apontar quais caminhos a seguir para tornar a docência e a instituição mais inclusivas, evidenciando os desafios que as pessoas com deficiência têm de enfrentar diariamente e quais caminhos utilizados para tornar a educação mais inclusiva e universal.

Nota-se que a grande maioria dos professores entende que a exclusão e o preconceito são fatores ligados ao processo de construção social e que sua mudança será reflexo de uma transformação coletiva, de consciência e atitudes com essas pessoas. O papel do professor de educação física é fundamental no processo de inclusão, visto que, nessa disciplina utilizam-se do corpo, movimento e expressões corporais de maneira geral, possibilitando assim um desenvolvimento de múltiplas atividades, trabalhando dentro da limitação de cada aluno, proporcionando a troca de experiências entre alunos com e sem deficiência.

Todavia, deve-se manter cautela com a afirmação, visto que a responsabilidade por este processo de mudança, não é exclusivamente dos professores. Aqui temos que destacar obstáculos como: a ignorância de muitos pais, a fragilidade causada pelo desconhecimento em torno da deficiência de seus filhos, a falta de divulgação de medidas de inclusão escolar e adaptações estruturais para a recepção desses alunos e em especial a falta de iniciativas públicas para a efetividade das medidas legais de inclusão.

A pesquisa evidenciou o fato de que uma turma mista apresenta benefícios tanto para alunos com deficiência quanto para os alunos sem deficiência, pois os alunos são estimulados a trabalharem suas diferenças enquanto cidadãos, e os alunos com deficiência são estimulados involuntariamente a desenvolver suas aptidões, ainda, destacou-se que na instituição analisada, existem iniciativas que buscam a inclusão e que as adaptações estruturais existem e que mais pode ser feito caso seja necessário, estando, o corpo docente, apto e disposto a realizar as adaptações curriculares necessárias para viabilizar a permanência desses alunos na graduação.

Diante dos dados, verificou-se que, o processo de inclusão vai muito além de adaptar, e que o primeiro passo para a efetividade dessa mudança é a transformação da consciência coletiva da sociedade, onde as pessoas não são vistas por suas limitações e sim por suas potencialidades, sendo o homem sujeito suscetível a constantes mudanças e desenvolvimento. O professor enquanto agente de formação e construção do saber possui papel fundamental nesse processo de ensino e aprendizagem, especialmente por ser o sujeito que irá abordar as questões das vivências práticas da educação Inclusiva, entretanto não é o único a fazer adaptações necessárias para essa nova vivência social de inclusão.

Nota-se também que a dificuldade do acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, são reflexos de uma educação primária que não torna acessível a educação, estabelecendo padrões que tornam ainda mais difíceis a rotina desses estudantes elucidando que a educação têm que ser adaptada, tanto no currículo, quando for necessário, e pedagogicamente para que todos tenham suas particularidades contempladas a fim de que todos sejam partes essenciais do sistema de ensino, não sendo apenas dados estatísticos, mas sim, uma parcela ativa e fundamental na educação.

Tais fatos levaram a percepção de que as pessoas com deficiência ainda têm um longo caminho a trilhar na sua inclusão e permanência na educação, mas que com o apoio da comunidade acadêmica na busca pela ampla participação social realizando as mudanças pedagógicas e curriculares necessárias, o investimento do Estado nas políticas ativas de inclusão equipando as escolas com profissionais e estruturas adequadas, aliados à qualificação dos profissionais de educação tornando-os aptos a receberem seus alunos, a educação pode sim, ser acessível a todas as pessoas em todos os níveis de ensino.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, Daniela Fantoni de Lima. **Corpo, corporeidade e deficiência: buscando relações, tecendo alternativas.** Anais do congresso de pesquisa e extensão e da semana de ciências sociais da UEMG – Barbacena, 2014. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/anaisbarbacena/article/view/823/530>> Acesso em: 01 de Junho de 2020.
- ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco. **Monografia. Como elaborar monografia.** 4. ed. rev. e atual. Belém: Cejup, 1996.
- BRASIL, Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) . Acesso em 25 de Maio de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241734/artigo-205-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 06 de junho de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2007):** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011a. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoacomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 19 de Maio de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008:** decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007a).
- \_\_\_\_\_. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) . Acesso em 25 de Maio de 2020.
- \_\_\_\_\_. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 28 de maio de 2020.
- \_\_\_\_\_. MEC/DEEP/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior,** 2015. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.
- CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura.** 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- SANTANA DALLA DEA, VANESSA HELENA et al., Política de acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: construção do documento. **Revista Polyphonia**, v. 28, n. 1, p. 45-63, 27 set. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/43447> . Acesso em 05 de Maio de 2020.

DEMO, Pedro. **Noções de política social participativa**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura; BUCHALLA, Cassia Maria. **O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade**. Rev. bras. epidemiol., São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-335, June 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2008000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2008000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 de Maio de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2008000200014>.

ESPAÑA. **Declaración de Salamanca**: sobre principios, políticas e prácticas na área das necessidades educativas especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

FERRARI, Marian Dias; SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 27, n. 4, p. 636-647, dezembro de 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400006&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 29 de maio de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>.

FOREST, Marsha, PEARPOINT, Jack. **Inclusão**: um panorama maior. In: MANTOAN, M. T. É. et al. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática de Educação Física. São Paulo: Scipione, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994. Disponível em: <<http://mba.eci.ufmg.br/downloads/metodologia.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, Marício. **Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso**. Disponível em: [http://www.pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo\\_conceito\\_de\\_pessoa\\_com\\_deficiencia\\_e\\_proibicao\\_do\\_retrocesso.pdf](http://www.pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/novo_conceito_de_pessoa_com_deficiencia_e_proibicao_do_retrocesso.pdf) Acesso em: 27 de Maio de 2020.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O professor de alunos com deficiência mental**: concepções e prática pedagógica. Editora UFJF, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MORIM, Edgar. **Ciência com consciência**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, p. 25, 1995.

PANSANATO, Luciano Tadeu Esteves; RODRIGUES, Luzia; SILVA, Christiane Eneas. Inclusão de estudante cego em curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de uma instituição pública de ensino superior: um estudo de caso. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n.55, p. 471-486, mai/ago, 2016. Disponível em: 151 <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17106>>. Acesso em: 02 de Junho de 2020.

PEDRINELLI Verena Junghanel, VERENGUER, Rita de Cassia Garcia. **Educação Física Adaptada**: introdução ao universo das possibilidades. In: Greguol, Marcia (ORG). Atividade Física Adaptada. São Paulo: Manole, 2004.

PICCOLO, Gustavo Martins. **Por um pensar sociológico sobre a deficiência**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática**: Estratégias práticas para a educação inclusiva. 1. ed. São Paulo: Summus, 2010.

- RODRIGUES, David (ORG). **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006.
- ROESH, Sylvia Maria de Azevedo. **Projetos de Estágio e de pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2013.
- SHERRILL, Claudine. **Adapted physical activity**, recreation and sport: crossdisciplinary and lifespan. 5ª ed. Boston: Mc-Graw-Hill, 1998.
- SOUZA, Deisy das Graças, NALE, Nivaldo. **Formação de recursos humanos de alto nível em educação especial**. Alencar, Eunice Maria Lima Soriano (ORG). In: Tendências e desafios da Educação Especial. Brasília: SEESP, 1994.
- WINNICK, Joseph. **Organização e gerenciamento de programas**. In: Winnick Joseph (ORG). Educação Física e Esportes Adaptados. São Paulo: Manole, 2004.